









Política industrial Estado indutor

Plano de R\$ 300 bi em crédito e subsídio para a indústria acentua receio com quadro fiscal

_ Avaliação de risco para as contas públicas leva dólar a R\$ 4,98, enquanto Bolsa recua 0,81%; pacote prevê também política de obras e compras públicas atrelada a negócios com fabricantes locais

BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO

O governo lançou ontem um

plano de estímulo à indústria brasileira, marcado pela defesa, por parte da ala mais desenvolvimentista, do poder de in-dução do Estado na economia - sobretudo em áreas estratégicas, como a agenda verde. Batizado de Nova Indústria Brasil, o pacote reedita políticas de antigas gestões petistas ao prever R\$ 300 bilhões em financiamentos e subsídios ao setor até 2026, além de uma política

de obras e compras públicas com incentivo ao conteúdo local (exigência de compra de fornecedores brasileiros).

Economistas são críticos ao formato do plano, e apontam para a volta da política de estímulo à industrialização iniciado no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que priorizou empresas de setores específicos na chamada política de "campeãs nacionais". O anúncio teve também impacto no mercado, contribuindo para a queda de 0,81% do Ibovespa, principal índice da Bolsa, e a alta de 1,23% do dólar (a R\$ 4,98). Analistas falaram em risco de

agravamento do quadro fiscal, no momento em que a meta da equipe econômica de fechar as contas deste ano com déficit zero já é vista com desconfiança.

Ausências

Anúncio de novo plano não teve presenças dos ministros Fernando Haddad e Simone Tebet

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, rebateu as críticas e defendeu a volta do investimento estatal, alegando que outros países também estão nessa

trilha, enquanto o ministro da Casa Civil, Rui Costa, citou uma "criminalização" ao apoio do governo para o desenvolvimento industrial. "Qual nação desenvolvida não está fazendo isso hoje em dia?", questionou (mais informações na pág. B2).

Duas ausências chamaram quase tanta atenção quanto as cifras bilionárias: Fernando Haddad, da Fazenda (que teve agenda em São Paulo), e Simone Tebet, do Planejamento. Os dois ministros passaram os últimos dias debruçados sobre os números do Orçamento de 2024 - sancionado ontem por Lula com a meta de zerar o déficit público. Ambos defendem re duzir subsídios e benefícios fiscais, a exemplo da desoneração da folha de pagamentos, em busca do ajuste das contas públicas.

Segundo Lula, os R\$ 300 bilhões são um "alento" para a indústria "dar um salto de qualida de". "O nosso problema era dinheiro. Se dinheiro não é proble ma, então, nós temos de resolver as coisas com muito mais facilidade", disse Lula, ao cobrar os ministros para que apresentem resultados com base no novo programa oficial.

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL DO GOVERNO NAS PÁGS. B2 e B3

